



A censura aos meios de comunicação no período ditatorial do Brasil e a história do jornalismo especializado em gastronomia¹

Renata Leite Raposo Frederico²
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Bauru, SP

Resumo: O período de censura na época do regime militar no Brasil atingiu seriamente os meios de comunicação e a produção cultural, sobretudo o conteúdo jornalístico dos periódicos da época. O fato de substituir notícias por receitas de culinária, entre outras informações inusitadas, virou ilustração recorrente como exemplificação do que ocorreu na época nos jornais impressos e pode representar o início da valorização do conteúdo gastronômico em produtos jornalísticos. Esse artigo pretende estabelecer as relações dessa prática com a história e a identidade do jornalismo especializado em gastronomia, atualmente, em crescente desenvolvimento e a valorização de informações referentes à gastronomia nos principais meios de comunicação do país.

Palavras-chaves: censura; jornalismo; mídia; gastronomia.

A censura aos meios de comunicação no período ditatorial do Brasil e a história do jornalismo especializado em gastronomia

A história da Comunicação no Brasil teve como um dos períodos mais marcantes as décadas de 60 e 70, quando a ditadura militar teve seu auge de restrições à imprensa, acirrando a censura aos meios de comunicação e à produção cultural, privando a população da divulgação de notícias determinantes para promover nas massas uma análise crítica sobre a situação política e econômica do país.

Esse período histórico é comumente discutido à exaustão nas faculdades de Comunicação brasileiras, possui uma vasta bibliografia sobre o assunto e fornece uma visão de como o jornalismo estabeleceu suas bandeiras de busca pela imparcialidade, liberdade de expressão e função social de compromisso com a notícia para oferecer as informações mais importantes da realidade para o leitor. Esse também pode ter sido o período em que a divulgação de receitas de culinária em meios de comunicação foi pioneira em termos de jornalismo especializado em gastronomia, mesmo que, na época,

¹ Trabalho apresentado ao GT 1 – História do Jornalismo, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciec, São Paulo, 2007.

² Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela UNESP – Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP; Especialista em Administração Hoteleira pela Faculdade SENAC de Hotelaria e Turismo, Águas de São Pedro, SP; Mestranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da UNESP – Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP, Editora especial de redação de revistas dos segmentos de gastronomia e artesanato da Editora Alto Astral, com circulação nacional e internacional. E-mail: renatalr@terra.com.br



o objetivo de veiculação desse tipo de informação não tenha sido exatamente o de divulgar informações de culinária, mas despertar no leitor o sentimento de estranhamento ao ver o conteúdo inusitado e concluir nas entrelinhas que o jornal estava sob censura. Essa decisão editorial de inserir conteúdo culinário nos espaços de matérias censuradas talvez não tenha tido a repercussão social da forma desejada pelos editores da época, uma vez que essa providência para driblar a censura possivelmente tenha sido mal-compreendida pelos leitores, não causando o estranhamento ou não indicando para o leitor que o jornal estava sob censura, mas representa, de qualquer forma, uma exposição do conteúdo culinário nos principais jornais do país.

Mesmo que não tenha sido a primeira vez que produtos jornalísticos tenham inserido conteúdo gastronômico, esse foi um período em que esse tipo de informação ganhou projeção e destaque nos anos posteriores e nas análises sobre a censura da época. Não deixa de ser o início de um jornalismo especializado gastronômico que, depois de muitos anos, na primeira década de 2000, vive uma nova era de valorização e retomada desse tipo de conteúdo nas diferentes mídias, só que, dessa vez, sem ligação com a censura, mas com intenções comerciais e adequação à crescente valorização da gastronomia vivida atualmente.

Esse artigo não pretende discutir a censura sofrida pelos meios de comunicação, muito menos o posicionamento de jornais e revistas frente ao governo e à ideologia da época. A idéia é contextualizar o período em que as receitas de culinária saíram em destaque nos principais jornais do país e fazer sua relação com a história e a identidade do jornalismo gastronômico em moda na atualidade.

A censura e os ideais do jornalismo

O uso dos meios de comunicação como instrumentos de propaganda do governo e o controle das notícias políticas e econômicas veiculadas em jornais, revistas, rádios e telejornais tiveram início em 1930, no governo de Getúlio Vargas. Os membros do governo tinham conhecimento da importância dos meios de comunicação, sobretudo com caráter jornalístico, na formação da opinião pública da nação e usavam o poder e até mesmo a força para transformar jornais impressos e outros produtos jornalísticos em instrumentos ideológicos do Estado. Contudo, esse não foi o único período em que o Brasil sofreu interferência do governo nos meios de comunicação, conforme explica Souza (2003, p. 219):



Durante o período republicano e a assim chamada Era Vargas (1930-1945), os meios de comunicação passaram pelos mais diversos processos de sujeição e controle. A idéia de uma imprensa livre, por mais de meio século foi uma ficção. O novo regime implantado em 1889 continuou com as práticas de corrupção e violência vindas do Império. Somente com a Revolução de 30 o panorama mudou com a implantação de organismos burocratizados de controle e propaganda. Com a ditadura de 1937, uma nova onda de violência ocorreu, num nível que só seria suplantado com a ditadura militar e mesmo assim, após 1968.

Embora a censura tenha estado presente nos meios de comunicação desde a época do Império, como afirma Souza (2003), o período mais acirrado e com interferência agressiva e arbitrária do governo na mídia foi na década de 60 e 70, período que terá maior destaque nesse artigo.

A despeito das conseqüências negativas que a censura aos meios de comunicação provocou na sociedade por privar o leitor das informações importantes para a formação de uma postura crítica diante dos acontecimentos do Brasil e por privar os profissionais de comunicação de parte de sua atividade principal que seria a responsabilidade de divulgar notícias e acontecimentos mais relevantes para a sociedade, esse período serve como um testemunho da importância da existência dos meios de comunicação na formação crítica e informação da sociedade, atesta a sua força de persuasão, de absorção por parte dos receptores e ampla abrangência, além de comprovar a sua influência na opinião pública e no destino político do país. João Batista de Abreu (2000) relata muitos dos acontecimentos da época relacionados com a censura e a mídia, sob a ótica dos próprios jornalistas que sofreram efetivamente a interferência dos censores, além de revelar as manobras criativas e os conflitos internos e externos vividos pelos profissionais da mídia.

Difícilmente a história da imprensa brasileira registra outro período em que a palavra exerceu tamanho peso. O jornalismo praticado entre fins dos anos 60 e início da década de 80 equilibrava-se numa trilha estreita entre ousadia e tolerância, avanço e recuo, com a preocupação de não resvalar nem para a retórica engajada, nem para o adesismo. (ABREU, 2000, p.38)

Não é possível afirmar que os princípios mais exaltados da profissão de jornalista tenham surgido a partir dessa época, mas sua relação com os acontecimentos do período militar da ditadura e de censura é inevitável. Qualquer determinação do governo que possa ser interpretada ou relacionada com a falta de liberdade de expressão ou ameace a liberdade de imprensa causa polêmica e uma movimentação extraordinária na mídia e na sociedade, como o caso do Projeto de Lei para a criação de um Conselho



Federal de Jornalismo, em 2004, comentado a seguir. A Associação Nacional dos Jornais (2007), ANJ, uma das defensoras da liberdade de expressão e de imprensa, é criadora do Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa que, desde 1997, tem o objetivo de “desenvolver as ações necessárias para garantir a liberdade de imprensa, protestar e buscar apuração de ameaças, ataques e crimes contra jornais e jornalistas”.

A liberdade de expressão é um direito humano inalienável e sua proteção, um elemento essencial para as sociedades democráticas. O Brasil, ao restabelecer o regime democrático com a promulgação da Constituição de 1988, voltou a viver sob um clima de ampla liberdade, embora algumas circunstâncias ainda gerem apreensões. [...] alguns textos legais seguem ameaçando os profissionais e os veículos de comunicação. É o caso da Lei de Imprensa de 1967, em vigor, um resquício do período ditatorial com dispositivos incompatíveis com a democracia. [...] A legislação eleitoral, igualmente, inclui dispositivos que implicam restrições à liberdade de informar. Em períodos que antecedem eleições, o clima de acirrada competição entre partidos e entre candidatos leva a ações e a decisões judiciais com conseqüências graves, como a proibição de veicular determinadas informações e até mesmo ameaças de impedir a circulação de jornais. A luta pela liberdade de expressão e de imprensa, por qualquer meio de comunicação, não é tarefa de um dia; é um esforço permanente e com isso a ANJ está comprometida. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS, 2007)

A liberdade de expressão, uma das principais bandeiras do jornalismo, é resguardada juridicamente até hoje pela Lei de Imprensa que, no entanto, foi feita em 1967, em pleno período ditatorial, período de intensa falta de liberdade de expressão, quando a profissão foi regulamentada. No Relatório Sobre Liberdade de Imprensa no Brasil (2006), a ANJ declara a vitória contra o Projeto de Lei do governo que criava o Conselho Federal de Jornalismo, com o seu arquivamento em 2004, segundo a associação, em função da mobilização de vários segmentos da sociedade brasileira e dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal do Brasil.

Foi uma importante vitória da liberdade de imprensa no país, visto que o projeto pretendia criar mecanismos de controle sobre o exercício da atividade jornalística. Já no 5º Congresso Brasileiro de Jornais, em setembro de 2004, o presidente recém-eleito da ANJ, Nelson P. Sirotsky, havia discursado na presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com críticas ao projeto: “A melhor receita para o vigor do jornalismo é, sem dúvida, a liberdade. Isso significa, na prática, a superação da proposta de submeter o exercício do direito à informação ao crivo de qualquer entidade governamental ou cooperativa”. (RELATÓRIO SOBRE LIBERDADE DE IMPRENSA, 2006)



Outro postulado da profissão de jornalista que tem relação com esse período crítico da censura é a questão da imparcialidade da notícia. Apesar de todo e qualquer texto, principalmente o jornalístico, ser desprovido de qualquer imparcialidade, ainda hoje temos declarações de editores exaltando essa qualidade “imparcial” dos conteúdos de seus veículos. É o caso da declaração no site da revista Newsweek (2007): “Você exige jornalismo imparcial? NEWSWEEK noticia com isenção e imparcialidade. Você fica livre para formar sua opinião e construir um balanceado ponto de vista”, da revista Veja que se promove como fonte de “informação confiável e imparcial”, entre inúmeros outros exemplos que já mereceram inúmeros estudos e comprovações científicas de ausência de imparcialidade. O jornalista, advogado e doutor em Comunicação Flávio Porcello explica porque não há jornalismo imparcial, no site da Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ (2007),

Imparcialidade? Bem essa é difícil de atingir. Por trás de qualquer imagem está o olho do jornalista. Ele faz o recorte, faz a escolha, decide o que vai mostrar. Logo, ele não é imparcial. Ele tem lado, escolheu uma posição para dali fazer sua observação. O jornalista não pode ser imparcial, mas deve ser honesto. Deve ter a determinação de mostrar o máximo possível do que apurou para o público consumidor da notícia faça sua avaliação.

Justamente por ser mediada, toda produção de notícia jornalística já contempla um olhar sobre a notícia, ou seja, é uma representação da notícia e não o acontecimento propriamente dito, postulado que se mantém desconhecido para o público receptor, que acredita no jornalismo como janela para a realidade. O compromisso com a verdade, com a notícia e com a responsabilidade de informar a população é outro valor ressaltado pelos programas jornalísticos como atestado de qualidade do programa e de fonte da verdade. Esse é outro pilar de sustentação da profissão de jornalista e indica seu valor social, mesmo com essa característica de ser uma representação da realidade ou do fato e não a realidade de fato. A crença no jornalismo com realidade é fundamental para o processo de comunicação, para estabelecer a confiança entre o receptor, e é por isso que as informações jornalísticas mediadas são tão determinantes na formação da opinião pública e em momentos decisivos politicamente.

Para estabelecer a eficácia do processo de comunicação, a versão dos fatos narrados costuma aparentar a idéia de fidelidade ao real, o que remete ao conceito de uma verdade absoluta. No entanto, o noticiário de qualquer jornal impõe restrições de diversos fatores, tais como tempo de produção, linguagem, seleção das fontes e edição: sem falar na censura nos períodos ditatoriais. A primeira página de um jornal traz dois tipos de informação: a

perceptível, expressa nas manchetes, chamadas, fotos e legendas, e a informação subjacente, ou seja, a impressão de que nada de mais importante aconteceu nas últimas 24 horas além do que aparece publicado. (ABREU, 2000, p.191)

Embora não seja possível afirmar a relação do surgimento desses valores jornalísticos com o período da ditadura militar, os acontecimentos da época são os melhores exemplos das razões pelas quais os jornalistas têm o dever de lutar pela liberdade de expressão, pela liberdade de imprensa e pelo direito à informação conferido à população. Igualmente, não é possível afirmar que o jornalismo especializado em gastronomia tenha surgido nesse período, com a publicação de receitas de culinária em lugar de matérias censuradas, mas é inevitável observar a repercussão desse fato seja o exemplo mais famoso de como a censura atuou nos meios de comunicação e a divulgação de um conteúdo gastronômico.

Raízes do jornalismo gastronômico

Os princípios fundamentais da profissão de jornalismo podem ter ganhado força com os acontecimentos da década de 60 e 70, e da mesma forma, as raízes do jornalismo gastronômico podem ter sido germinadas nesse mesmo período. O fato de jornais terem publicado receitas de culinária no lugar de notícias censuradas é um dos exemplos mais recorrentes e famosos ao discorrer sobre a censura sofrida pelos jornais nesse período, juntamente com a publicação dos versos de *Os Lusíadas*, de Luiz de Camões. Inúmeros textos livres publicados na internet utilizam-se desse mesmo fato para exemplificar o assunto, assim como os livros sobre a censura e a ditadura não o deixam de lado, atribuindo ao conteúdo gastronômico uma identidade de conteúdo não-jornalístico ou de menor valor.

Se, nos jornais havia uma informação censurada, os editores deixavam vazio o lugar em que deveria aparecer a dita informação. Isto significava a censura. Mas isso também foi proibido. Os vazios (os silêncios) eram visíveis demais como signos da censura. Então, os editores eram obrigados a preencher todas as páginas do jornal, a suprir todos os “vazios”. Para não apagar completamente os traços da censura, os editores substituíram esses vazios por receitas de cozinha ou fragmentos do poema épico *Os Lusíadas* de Camões. Os leitores, habituados a seus jornais, sabiam atribuir (ou antes “devolver”) outros sentidos a esses textos por sua localização: página, lugar, dimensão, natureza da “receita”, etc. O gesto de ler adquiriu um sentido histórico muito particular nesse momento. Mas resta notar neste caso que a repetição, o hábito, é que possibilita trabalhar o deslocamento. (ORLANDI, 1995, p. 192)



A decisão de publicar conteúdo inusitado ou em local diferente do habitual tinha a intenção de alertar os leitores de que o jornal estava sofrendo censura ou que, no mínimo, causar um estranhamento. No entanto, não é possível afirmar que a população tenha entendido a mensagem proposta pelos editores. Além disso, a intenção de inserir esses conteúdos não é o fato mais comentado sobre a censura sofrida pelos meios de comunicação, ao contrário da natureza do conteúdo de receitas de culinária, que sempre permeia as análises e históricos da época. Ou seja, foi atribuída às receitas de culinária uma identidade de conteúdo sem importância diante de informações mais relevantes que foram censuradas, e o fato de terem sido usadas como pistas da censura nos jornais, ou seja, de ressaltar a intenção de sua utilidade, não teve tanta repercussão nas análises posteriores a esse período quanto o valor do conteúdo tido como inusitado.

Outra alternativa de resistência consiste em inserir elementos incomuns ao universo editorial (poesias, receitas culinárias, tarjas negras, ilustrações desvinculadas do texto) para provocar um estranhamento e, assim, denunciar ao leitor a interferência da censura. Mas a eficácia depende da repetição exaustiva, para marcar o estranhamento. Há ainda o recurso da hipérbole, em que o jornal enaltece exageradamente discursos e atributos de autoridades e/ou aliados, para causar estranhamento. Isso só é possível quando o discurso da autoridade contraria a visão de mundo do leitor. Mas como o texto trabalha com a ironia, a estratégia possui eficácia duvidosa, porque há sempre o risco de uma leitura literal. (ABREU, 2000, p. 209)

Abreu apresenta o conteúdo de receitas culinárias, entre outros, como “elemento incomum ao universo editorial”. Essa relação de receitas de culinária com os tempos de censura pode ter conferido a esse tipo de informação uma identidade “não editorial” ao longo dos anos e de análises a respeito dos fatos da época; uma identidade de conteúdo não jornalístico, o que está em transformação nos últimos anos.

A gastronomia, ou seja, tudo o que envolve a alimentação, é de fundamental importância para a sociedade e para compreender a forma como as pessoas se relacionam com o mundo e essa identidade de não importante para o jornalismo atribuída a esse tipo de conteúdo não é coerente com a importância da gastronomia na vida das pessoas. A própria história da humanidade indica que o desenvolvimento do homem e das civilizações foi causado pela busca por alimento e que a comunicação e a formação de comunidades se deram pela necessidade do homem consumir rapidamente a caça para não estragar, repartindo-a com a família, e aprendendo a se comunicar para se organizar cada vez melhor para apreender caças maiores ou mais perigosas (FRANCO, 2001, p. 17-32).

Caça, pesca, a técnica das primeiras armadilhas neolíticas, barragens, cercos, acoso, envenenamento, conservação e transporte de víveres, determinam os primeiros *atos reflexivos* da inteligência humana. O disfarce, a simulação, o troféu, o bailado, a pintura e gravação rupestres, a representação animal, a imitação das vozes e dos rumores das bestas ariscas, esculturas, a emboscada, não forma fórmulas propiciatórias para a captura de alimentos? A arte pré-histórica é apenas um documentário plástico da conquista alimentar. [...] Goethe fala que no princípio foi a ação. No princípio foi a fome. A ação é uma consequência e não faculdade agente. Ação é reflexo condicionável. Depois da respiração, a primeira determinante vital é o alimento. O imperativo da reprodução aparece muito depois, quando a nutrição desenvolveu os órgãos funcionais. (CASCUDO, 1983, p. 395)

Definindo identidade como uma construção social, Cuche (1999, p. 202) explica que o mais importante é estudar “como, por que e por quem, em que momento e em que contexto é produzida, mantida ou questionada certa identidade particular”. No caso da identidade do conteúdo de receitas de culinária nos jornais, a sua relação com o contexto ditatorial explica a atribuição de conteúdo não jornalístico, principalmente pela questão de violação dos princípios básicos da profissão com a censura a notícias factuais.

No entanto, esse tipo de informação gastronômica pode ser de fundamental importância para a manutenção social, ou pelo menos, deve ser considerada importante mesmo para meios de comunicação com direcionamentos mais factuais como os jornais impressos diários. “A ciência culinária é, entre todas, aquela que perdeu a mística verbal que a ambientava. Com toda dedicação em nomenclatura, os alemães esqueceram a Cozinha, a Culinária, dentro de um quadro valorizador dos conceitos culturais” (CASCUDO, 1983, p. 398).

Essa desvalorização jornalística e até mesmo acadêmica está em transformação nos últimos anos e há uma forte movimentação social em direção à mudança de identidade desse tipo de atividade, conteúdo e informação, como comprovam o aumento de cursos superiores de gastronomia no Brasil, a valorização da profissão de cozinheiro e o aumento de exposição de informações de culinária nos meios de comunicação. A identidade de produtos jornalísticos especializados em gastronomia, hoje, é diferente da identidade atribuída e esse tipo de informação mediada pelos jornais da época da ditadura.

Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica se opõe àquela que vê a identidade como um atributo original e permanente que não poderia evoluir. (CUCHE, 1999, p. 133)



O sucesso da informação jornalística e de seu conteúdo é justamente representar a realidade e não necessariamente produzir uma movimentação reflexiva a respeito da produção jornalística e dos mecanismos para apuração e veiculação de notícias, nas diferentes mídias, o que talvez seja a causa para a não recepção da mensagem de que o jornal estaria sendo censurado, por meio do conteúdo inusitado publicado. Abreu exemplificou essa afirmação ao indicar que os jornais apresentam os fatos que foram selecionados e a idéia de que nada mais relevante aconteceu no dia. Os leitores não conseguiram perceber o conteúdo de receitas, poemas e textos em latim como alertas sobre matérias censuradas. Prova disso é o relato de Oliveiros Ferreira sobre a repercussão da publicação de textos em latim.

Oliveiros Ferreira afirma que a idéia de alertar o leitor de que havia algo de estranho no corpo do jornal partiu dele, com a aprovação do diretor responsável. Primeiro começaram a ser publicadas notas da coluna jurídica no lugar dos textos políticos censurados, depois textos em latim, como a *Catilinária*, o que mereceu cartas dos leitores elogiando a iniciativa do jornal de ressuscitar a língua mater. Certa vez, Oliveiros ouviu de Júlio Mesquita Neto a argumentação de que os leitores não percebiam o que se passava. Só com a publicação permanente do mesmo texto, argumentava Mesquita, é que os leitores entenderiam a mensagem. E assim – ele não se lembra de quem foi a idéia – o Estadão resolveu publicar poemas de Luiz de Camões. (ABREU, 2000, p.72-73)

A publicação de receitas de culinária também não atingiu o objetivo de estranhamento nos leitores, mesmo sendo publicadas em espaços totalmente reservados para outras editorias ou com informações incorretas de ingredientes e modo de preparo para justamente não parecer um conteúdo que tenha sido planejado para ser publicado. Mesmo com esses indicativos de que a receita não era um conteúdo desejado, de que estava cumprindo um papel diferente nas páginas do jornal, tal conteúdo “gerava telefonemas de leitores inconformados” por terem executado suas receitas e não terem dado um resultado satisfatório (ABREU, 2000, p. 72). Ou seja, o conteúdo de receitas de culinária não era tão inusitado para uma publicação como, por exemplo, o *Jornal da Tarde*, naquela época, e talvez, por isso, seja um conteúdo aceitável para esse tipo de veículo, a ponto de leitores tentarem executar as receitas em casa. Até mesmo o fato de ter gerado telefonemas, indicando sua repercussão, mesmo que não a desejada, indica que conteúdo gastronômico poderia ser apreciado pelos leitores, mesmo sendo o jornal impresso um espaço para notícias de acontecimentos gerais, políticos, sociais e



econômicos, mas ainda garantido uma possibilidade de ter uma parcela de entretenimento dentre os diferentes conteúdos desse tipo de publicação.

Talvez seja por isso, entre outros acontecimentos, que, atualmente, a decisão de trazer o conteúdo gastronômico para jornais importantes do país, como o caderno Paladar de O Estado de São Paulo, lançado em 22 de setembro de 2005, não cause estranhamento. Diferente das receitas de culinária que não davam certo, na época da censura, o conteúdo gastronômico atualmente vai além de oferecer receitas para os leitores experimentarem em casa e não representa um conteúdo de entretenimento, mas informações jornalísticas a respeito de assuntos relacionados com a gastronomia: notícias sobre restaurantes, questões culturais sobre os hábitos alimentares ou as técnicas culinárias tradicionais, informações detalhadas sobre ingredientes e suas aplicações, lançamentos de utensílios e livros, entrevistas com chefes de cozinha renomados, abertura de restaurantes, crítica de estabelecimentos gastronômicos, entre outros assuntos, e, ainda, trazem as tendências da atual gastronomia, tudo no estrito enquadramento jornalístico.

A alta da gastronomia

A identidade atribuída ao conteúdo de receitas culinárias como não jornalística ou como elemento estranho ou indesejado nas páginas dos jornais teve uma significativa mudança nos últimos anos com a popularidade que a culinária e a gastronomia vêm apresentando, sobretudo nos meios de comunicação. Essa mudança de identidade pode ocorrer, segundo Cuche (1999), pelo caráter dinâmico das trocas sociais e as mudanças que ocorrem em suas relações.

De uma maneira mais geral, o conceito de estratégia pode explicar as variações de identidade, que poderiam ser chamadas de deslocamentos de identidade. Ele faz aparecer a relatividade dos fenômenos de identificação. A identidade se constrói, se desconstrói e se reconstrói segundo as situações. Ela está sem cessar em movimento; cada mudança social leva-a a se reformular de modo diferente. (CUCHE, 1999, p. 198)

A valorização de publicações e de programas de diferentes mídias no segmento de gastronomia é um exemplo de como a identidade é dinâmica e acompanha as mudanças sociais, como postula Cuche. Atualmente, entender de gastronomia, saber elaborar receitas sofisticadas, utilizar ingredientes raros em suas preparações culinárias, são indicativos de status elevado na sociedade e representa um modismo de diferenciação dos outros e de valorização pessoal. A questão da identidade não se aplica



somente no conteúdo de receitas de culinária, mas em quem consome esse tipo de conteúdo ou que investe em seu conhecimento, atribuições bem diferentes do consumo das receitas de culinária da época da censura da ditadura, atribuindo ao leitor a identidade de leitor passivo e que não teve a capacidade de refletir sobre o conteúdo inusitado publicado nos jornais. Pierre Bourdieu explica que

[...] os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a idéia que eles fazem de si mesmos, tudo o que os constitui como “nós” em oposição a “eles” e aos “outros” e tudo ao que eles têm um apreço e uma adesão quase corporal. O que explica a força mobilizadora excepcional de tudo o que toca a identidade.” (BOURDIEU, 1980 apud CUCHE, 1999, p. 190)

A busca pela diferenciação social, na valorização do eu em relação aos outros, na atribuição de uma identidade, seja para satisfação individual ou para estabelecer barreiras sociais, pode ser uma das explicações do sucesso crescente desse tipo de conteúdo nos diferentes meios de comunicação e em diferentes setores de serviços e atividades, como o caso de investimento em faculdades na área gastronômica e em escolas de culinária.

Historicamente, a gastronomia sempre teve relação com status social, "um ingrediente pode cair em desuso pelo simples fato de deixar de ser raro e caro, tornando-se acessível à maioria das pessoas. O consumo de determinados alimentos pode ser, além de moda, maneira de provar *status* social ou de conquistá-lo" (FRANCO, 2001, p.158). O consumo de produtos da mídia especializada em gastronomia, atualmente, não tem característica diferente do que historicamente a gastronomia tem representado socialmente: status social. “O homem é cerimonioso no comer. Tem com relação ao alimento atitude complexa. Não come somente para saciar a fome. Para ele, o alimento se reveste também de valor simbólico” (FRANCO, 2001, p. 26).

Não só nos jornais o conteúdo gastronômico vem ganhando espaços nos últimos anos, mas também no campo do entretenimento o assunto vem ganhando destaque. Na televisão, especialmente nos canais a cabo, os programas de gastronomia estão em alta. O assunto foi capa da revista Monet de maio de 2006, revista com conteúdo dos canais transmitidos via cabo para os assinantes da Net.

O fato é que, desde que a pioneira Ofélia Anunziato introduziu a culinária na TV, na extinta TV Tupi, em 1958, nunca se viu tamanho interesse no Brasil por programas de gastronomia. Chefs, culinaristas e até artistas de ambos os sexos são convidados a mostrar seus dotes na cozinha eletrônica para um público crescente. “Hoje os programas estão mais gostosos, culturais. Não é



mais aquela coisa do dia-a-dia, que era um pouco chata”, diz a chef Flávia Quaresma. (FERRARO JR., 2006, p. 50)

O grande interesse por esse tipo de programa, segundo a chefe de cozinha Flávia Quaresma, que apresenta o programa Mesa Para Dois no canal GNT, canal da Net que mais investe nesse segmento de conteúdo, foi motivado pela abertura das importações nos anos 90 e o acesso a diferentes ingredientes que permitiram a prática de receitas internacionais, maior diversidade no preparo de receitas tradicionais e aumento da curiosidade sobre o como utilizar os ingredientes. Na mesma matéria da revista Monet, o historiador Ricardo Maranhão, professor de História da Gastronomia da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo, comenta que houve um aumento do interesse cultural pelo assunto. O interesse na alimentação, hoje, vai além da questão da simples sobrevivência, sobretudo da forma como é trabalhada nas mídias – está relacionado com os valores sociais, com a organização social das famílias, com as necessidades de consumo, em sintonia com as particularidades culturais de alimentação.

A procura pelo conhecimento gastronômico não se restringe aos meios de comunicação. “As escolas de culinária e gastronomia – de nível técnico, universitário ou cursos livres – têm registrado aumento de demanda”, afirma Ferraro Jr. (2006). O Senac é a instituição estadual mais antiga a oferecer cursos nessa área no Brasil e teve um aumento, de 2004 a 2006, de 43% referente ao número de alunos dos cursos de tecnólogo em gastronomia e de cozinheiro chefe internacional, mesmo com mensalidade superior a mil reais. Em 1999, a Anhembi Morumbi criou o curso de gastronomia; em 2004, tinha cinco turmas de gastronomia e uma do curso de confeitaria e panificação; em 2006, a faculdade registrou 16 turmas de gastronomia e três de confeitaria, triplicando o número de alunos em dois anos. No final da década de 70, a escola de cozinha Wilma Kowësi oferecia cursos para moças que pretendiam se casar ou queriam aprimorar seus dotes culinários. Atualmente, a procura por cursos básicos é mais diversificada e, principalmente nas aulas noturnas, a presença masculina chega a representar 50% das turmas.

Alguns cursos de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo já estão se especializando na área de gastronomia. A faculdade de Jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie oferece a disciplina de Jornalismo Gastronômico na grade curricular, ministrada pelo editor de gastronomia da revista Veja São Paulo, Arnaldo Lorençato. O objetivo do curso, segundo o plano de ensino, é “introduzir o aluno no universo da gastronomia, um dos ramos de maior ascensão no jornalismo



contemporâneo, e capacitá-lo para escrever sobre o tema” (Mackenzie, 2007). O conteúdo programático é composto de noções gerais sobre a gastronomia, incluindo metodologia de avaliação de refeições e construção de crítica especializada. A Editora Abril também dá destaque para a especialização dos jornalistas na ciência do sabor, comentando a carência de informações sobre essa especialização nos cursos tradicionais de jornalismo:

Entre as áreas de especialização do jornalismo, uma que vem crescendo bastante nos últimos anos é a gastronomia. Revistas, sites e jornais têm se dedicado cada vez mais ao tema. Entretanto, as faculdades de jornalismo ainda não dão tanta importância ao assunto – e é difícil encontrar palestras e workshops sobre jornalismo gastronômico. (CURSO ABRIL, 2007)

Segundo a Editora Abril, o jornalismo gastronômico se divide em dois campos: o campo da crítica gastronômica, em que o profissional deve ter conhecimentos técnicos sobre os ingredientes, o preparo, a apresentação e o resultado desejado dos pratos para desenvolver textos críticos e analíticos de pratos e restaurantes; e o campo do serviço, produzindo textos de receitas e reportagens sobre tendências da gastronomia, de forma clara e objetiva para a perfeita compreensão dos leitores com o objetivo de que possam reproduzir as receitas em casa com resultado semelhante ao apresentado pelo veículo especializado.

Uma das principais diferenças nesses dois jeitos de fazer jornalismo é que, no caso da crítica gastronômica, o jornalista precisa exprimir uma opinião da maneira mais clara possível. Já no caso dos veículos de serviços, a função dos jornalistas é produzir um material editorial em que os pratos tenham a melhor aparência e as receitas sejam muito atraentes. (CURSO ABRIL, 2007)

O mercado de revistas especializadas em culinária e gastronomia também cresceu nos últimos anos. A Associação Nacional de Editores de Revistas, ANER (2007), explica que as mudanças econômicas e políticas que resultam diretamente em produtos acessíveis ao consumidor nacional nas prateleiras de supermercados, além dos avanços tecnológicos em equipamentos eletroeletrônicos para utilização na cozinha, são fatores que contribuem para reforçar o interesse do público em revistas desse segmento.

A indústria alimentícia lança constantemente produtos que oferecem maior praticidade. O mercado globalizado faz com que temperos sofisticados se tornem cada vez mais acessíveis (alguém aí lembra como há pouco tempo era difícil encontrar uma mostarda Dijon?). Os avanços da eletroeletrônica criam equipamentos e utensílios que facilitam o dia-a-dia, com preços e



condições de pagamento viáveis. E, por fim, as revistas do setor se multiplicam de modo qualitativo, reunindo todos estes ingredientes e materializando-os em dicas extremamente práticas e saborosas. Do outro lado da mesa, o número de pessoas que nutrem interesse especial pelo tema se amplia, buscando nessas revistas as dicas que dão um sabor especial às suas vidas. (ANER, 2007)

A diretora de redação Solange Souza, da revista Menu, do segmento gastronômico, afirma que “o interesse por gastronomia tem aumentado cada vez mais, independentemente do perfil socioeconômico. Mais do que cozinhar, as pessoas querem conhecimento nessa área”. É nesse mercado em que o leitor busca conteúdo confiável e bem selecionado que o jornalismo especializado em gastronomia, nos dois campos citados pelo Curso Abril – crítica gastronômica e serviço – se expande.

A inserção do conteúdo gastronômico nos meios de comunicação é explícita, seja nos programas de entretenimento da televisão aberta ou a cabo, seja em matérias e reportagens especializadas nos jornais impressos e revistas, assim como a mudança de identidade que esse tipo de conteúdo sofreu desde a época da ditadura até os dias atuais. O fato é que o jornalismo especializado em gastronomia está em crescimento, assim como o interesse pelo assunto, atribuindo cada vez mais o status de consumo e de conhecimento de diferenciação social. Analisar esse tipo de conteúdo jornalístico, no presente e no passado, representa uma parte significativa da própria história dos meios de comunicação no Brasil. Relacionar o período da ditadura militar, a censura e o conteúdo de receitas de culinária com a identidade atribuída a essa área de conhecimento na atualidade é importante para conhecer mais sobre a história da comunicação, da gastronomia no Brasil e do próprio jornalismo especializado.

A pesquisa A Mediação do Sabor em desenvolvimento no programa de mestrado em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista – Unesp/Bauru, SP, pretende investigar as questões de mediações e recursos de redução e ampliação dos códigos em diferentes mídias, referentes ao conteúdo de receitas de culinária, com previsão de término em agosto de 2008.

Referências bibliográficas

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação – Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.



ANER – Associação Nacional de Editores de Revistas. Disponível em: <<http://www.emrevista.com/edicoes/8/artigo4755-1.asp>>. Acesso em 6 mar 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS Disponível em: <www.anj.org.br>. Acesso em 2 mar 2007.

CASCUDO, Luis da Camara. **História da Alimentação no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura em Ciências Sociais.** Bauru: Edusc, 1999.

CURSO ABRIL Disponível em: <cursoabril.abril.com.br/servico/noticia/materia_136048>. Acesso em 13 nov 2006.

FERRARO JR., Denerval. **Reforma na Cozinha.** In: Revista Monet – A sua revista Net. São Paulo: Editora Globo, ed. 38, maio 2006.

FRANCO, Ariovaldo. **De caçador a gourmet: uma história da gastronomia.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MACKENZIE. Disponível em: < <http://www.mackenzie.br/universidade/comunica/>>. Acesso em 5 mar 2007.

NEWSWEEK. Disponível em: <www.newsweek.com.br/porqueassinal.html>. Acesso em 1 mar 2007.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio.** Campinas: Unicamp, 1995.

PORCELLO, Flávio. **O jornalimo e o Brasil.** 29 jan 2007. Disponível em: <www.fenaj.org.br/materia.php?id=1474>. Acesso em 2 mar 2007.

RELATÓRIO SOBRE LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL Brasília, 2006. Disponível em: <www.anj.org.br>. Acesso em 2 mar 2007.

SOUZA, José Inacio de Melo. **O estado contra os meios de comunicação (1889 – 1945),** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.